

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A Nº 04/93

0001. Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil
0002. novecentos e noventa e três, no horário das quatorze
0003. horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Faculdade de
0004. Agronomia Eliseu Maciel, realizou-se uma reunião
0005. extraordinária do Conselho Universitário da Universidade
0006. Federal de Pelotas; a qual, previamente convocada e
0007. presidida pelo Professor Antonio Cesar Gonçalves Borges,
0008. Magnífico Reitor, seu Presidente, contou com a presença
0009. dos seguintes conselheiros: Professores Daniel Souza
0010. Soares Rassier, Vice-Reitor; Carlos Gil Turnes,
0011. Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Osmar Miguel
0012. Schaefer, Pró-Reitor de Graduação; Angela Maria Sinotti
0013. Rocha Gonzalez, Pró-Reitora de Extensão e Cultura; Moacir
0014. Cardoso Elias, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu
0015. Maciel; Adair Stefanello Busato, Diretor da Faculdade de
0016. Odontologia; Carlos Francisco Sica Diniz, Membro mais
0017. antigo no Conselho Departamental da Faculdade de Direito,
0018. representando a Direção daquela Unidade; Antonio Lucas
0019. Meleu Gomes, Diretor da Faculdade de Veterinária; Gisa
0020. Maria de Moraes Soares, Diretora "pró-tempore" da
0021. Faculdade de Ciências Domésticas; Wanderlei Rospide
0022. Motta, Diretor da Faculdade de Medicina; Enio Araújo
0023. Pereira, Diretor da Escola Superior de Educação Física;
0024. Gomercindo Ghiggi, Diretor da Faculdade de Educação; João
0025. Nelci Brandalise, Diretor do Instituto de Biologia;
0026. Cleusa Iara Albernaz Morga, Diretora do Instituto de
0027. Física e Matemática; Jorge Luiz Martins, Diretor do
0028. Instituto de Química e Geociências; Darci Pegoraro
0029. Casarin, Diretor da Faculdade de Meteorologia; Maira Buss
0030. Thofehr, Diretora "pró-tempore" Faculdade de Enfermagem
0031. e Obstetrícia; Mário José Milmann, Vice-Diretor da
0032. Faculdade de Engenharia Agrícola; Luiz Antonio Machado
0033. Veríssimo, Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e
0034. Urbanismo; Marli Costa dos Santos, Diretora da Faculdade
0035. de Nutrição; Cléa Mezzomo, Vice-Diretora do Conjunto
0036. Agrotécnico Visconde da Graça; Sydney Castagno,
0037. Representante dos Professores Titulares; José Carlos
0038. Lago, Suplente da Representante dos Professores Adjuntos;
0039. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Representante dos
0040. Professores Assistentes; Flávio Fernando Demarco,
0041. Suplente da Representante dos Professores Auxiliares;
0042. Eduardo Allgayer Osório e Paulo Domingos Miéres Caruso,

OK

0043. Representantes do COCEPE; Contador Flávio Chevarria
0044. Nogueira, Pró-Reitor Administrativo; Técnico
0045. Administrativo Antonio Leonel da Silva Cunha, Pró-Reitor
0046. de Planejamento e Desenvolvimento; Senhores Lair de Matos
0047. e Regina Maria Pereira Paiva, Representantes
0048. Comunitários; Acadêmicos Daniel Paulo Fontana, Silvana
0049. Conzatti e Gustavo Schneider, Representantes discentes; e
0050. mais os Técnico-Administrativos Alcino Saldanha,
0051. Salustiano Motta, João Paulo Voltan Adamoli, Miriam Paz
0052. Garcez Marroni, Renato Moreira da Silva e Tânia Marisa
0053. Rocha Bachilli, Representantes do pessoal técnico e
0054. administrativo. Não compareceram os seguintes
0055. conselheiros: Adão Pereira, Diretor "pró-tempore" do
0056. Conservatório de Música; Maria de Lourdes Valente Reyes,
0057. Diretora do Instituto de Letras e Artes; José Rubens
0058. Silveira Acevedo, Diretor do Instituto de Ciências
0059. Humanas; Maria Amélia Soares Dias da Costa, Diretora
0060. "pró-tempore" do Instituto de Sociologia e Política; Erlí
0061. Soares Massau, Representante Comunitário e os Acadêmicos
0062. Márcio Pereira Soares, Rita Alves, Álvaro Baccin e
0063. Rodrigo Dias, Representantes Discentes. Constatada a
0064. existência de quorum legal, o Senhor Presidente após
0065. cumprimentar os presentes, declarou aberta a sessão. Em
0066. seguida submeteu a pauta à votação, que veio a ser
0067. aprovada por unanimidade. Item 1. Informes do Reitor. O
0068. Senhor Presidente esclareceu que iria prestar algumas
0069. informações que considerava mais importantes, sendo que
0070. as demais seriam oportunamente divulgadas. Informou que a
0071. Universidade obtivera da Secretaria de Educação Superior
0072. do MEC, a concessão de recursos para a implantação de
0073. laboratórios de informática voltados para os cursos de
0074. graduação nas áreas de Letras, Ciências Agrárias,
0075. Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Exatas, no
0076. valor inicial de Cr\$ 5.750.000,00 (cinco milhões,
0077. setecentos e cinquenta mil cruzeiros reais) e que, na
0078. última semana, obtivera a confirmação da concessão de
0079. mais CR\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta
0080. mil cruzeiros reais) para a instalação de laboratórios na
0081. área de Ciências Agrárias. Ao mesmo tempo esclareceu que
0082. já havia contactado os Diretores das Unidades envolvidas,
0083. com vista ao rápido encaminhamento dos dados necessários
0084. à abertura do processo de licitação. Com relação as
0085. nomeações decorrentes dos concursos para pessoal docente
0086. e técnico-administrativo, o Senhor Presidente informou
0087. haver obtido a liberação de todos os concursos
0088. realizados, perfazendo o total de 44 docentes e 67
0089. técnico-administrativos, considerando o período de
0090. janeiro até aquela data. Esclareceu que estava chegando à
0091. Universidade documento comunicando a liberação de nove
0092. nomeações de pessoal docente e nove de técnico-
0093. administrativos que ainda estavam pendentes. E explicou
0094. que a demora na liberação das nomeações devia-se ao fato
0095. de que somente eram atendidas aquelas situações em que
0096. havia a comprovação de que a Universidade estava se
0097. empenhando para a melhora da qualificação docente, ou
0098. aumento do número de vagas discentes. A respeito disse
0099. que o Senhor Ministro acolhera a argumentação da Univer-

0100. sidade que comprovou estar investindo na solução dos seus
0101. problemas, o que resultou na completa liberação das
0102. nomeações pendentes. Relativamente ao Ticket-Alimentação,
0103. informou que 1420 servidores receberam o auxílio
0104. referente aos meses de julho e agosto, num equivalente a
0105. quase CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros reais) para cada
0106. servidor. Para atendimento do benefício já a partir do
0107. Mês de julho, esclareceu que a administração destinara,
0108. numa medida emergencial, importância da ordem de CR\$
0109. 6.881.770,00 (seis milhões, seiscentos e sessenta e um
0110. mil, setecentos e setenta cruzeiros reais) oriunda de
0111. Recursos Próprios, uma vez que o processo de licitação
0112. aberto pela UFPel fora anulado por recomendação da
0113. Pró-Reitoria Administrativa. Para o mês de agosto os
0114. recursos de CR\$ 7.810.000,00 (sete milhões, oitocentos e
0115. dez mil cruzeiros reais) foram liberados pelo MEC como
0116. uma medida excepcional, uma vez que as providências não
0117. atendiam a orientação completa emanada daquele
0118. Ministério. E esclareceu que naquele momento a
0119. Pró-Reitoria Administrativa já estava providenciando uma
0120. nova licitação para o Ticket-Alimentação. O Senhor
0121. Presidente deu ainda conhecimento aos presentes que já se
0122. encontrava em pleno funcionamento o Posto Médico do
0123. Campus que, nos últimos quinze dias, fizera cerca de 350
0124. atendimentos. Salientou que também a Editora da
0125. Universidade acabara de editar 7 (sete) livros novos,
0126. marco que ultrapassa o que a Universidade havia
0127. produzido até então em comparação com os últimos dez
0128. anos, o que era motivo de imensa satisfação a par das
0129. dificuldades internas. Comunicou que no dia 19 daquele
0130. mês estaria sendo concluído o primeiro curso por tutoria
0131. à distância em Tecnologia de Sementes, a nível de
0132. Especialização, oferecido pela Faculdade de Agronomia e
0133. que, para a consecução desse evento, estaria
0134. representando a Universidade e o próprio MEC na Bolívia,
0135. juntamente com o Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu
0136. Maciel, na cerimônia de entrega dos certificados a 142
0137. profissionais que participaram do curso. Continuando sua
0138. intervenção o Senhor Presidente disse que no decorrer dos
0139. meses seguintes continuaria a dar posse aos novos
0140. Diretores, e dirigiu convite para a posse da nova
0141. Diretora e Vice-Diretor do Instituto de Sociologia e
0142. Política, respectivamente - Professora Neusa Recondo e
0143. Professor José Luiz Mendonça, que aconteceria naquele
0144. mesmo dia, às vinte horas e trinta minutos; comunicou que
0145. no dia 23 aconteceria a posse da nova Diretora e
0146. Vice-Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia -
0147. Professoras Elodi dos Santos e Celmira Lange; e no dia 25
0148. haveria a posse do novo Diretor e Vice-Diretor do
0149. Conservatório de Música, respectivamente, Professores
0150. Affonso Celso da Costa Júnior e Adê Souza, para cujas
0151. cerimônias convidou todos os presentes. O Senhor
0152. Presidente fez, ainda, breve observação justificando o
0153. não encaminhamento das atas das três últimas sessões por
0154. serem estas relativas a reuniões em que foram tratados
0155. assuntos importantíssimos, e que contaram com a
0156. participação de Representante jurídico da própria UFPel e

en

0157. da Associação dos Docentes - ADUFPel. E esclareceu que,
0158. como o conteúdo das atas tinham o registro de importantes
0159. observações feitas por aqueles advogados, houvera por bem
0160. encaminhá-las previamente aos dois procuradores antes de
0161. trazê-las ao Conselho, o que faria na sessão seguinte que
0162. seria marcada em seguida. Concluída a exposição do Senhor
0163. Presidente, interveio a acadêmica Silvana, falando em
0164. nome do Conselho de Diretórios Acadêmicos, denunciando
0165. que parte dos acadêmicos indicados pelo DCE para
0166. participarem da última reunião do Conselho Universitário
0167. eram ilegítimos, porque escolhidos arbitrariamente pelo
0168. DCE, que desconsiderava a composição discente aprovada
0169. pelo Conselho de Diretórios e Centros Acadêmicos e
0170. protocolada no Diretório Central de Estudantes em data de
0171. 28 de junho de 1993. Na seqüência, manifestou-se a
0172. Professora Ângela dando conhecimento aos presentes que a
0173. UFPel lançara na última semana o seu Comitê Contra a Fome
0174. e a Miséria e Pela Vida, evento que contou com a
0175. participação de Representantes das entidades das
0176. categorias - ADUFPel, ASUFPel e DCE, além de todos os
0177. Diretores de Unidade. Nesse encontro - esclareceu a
0178. Professora - fora definido que o tema central das ações
0179. será voltado à Criança e ao Adolescente Carente, para o
0180. que solicitou a colaboração de todos. Dando
0181. prosseguimento a sessão, o Senhor Presidente propôs
0182. fossem apreciados, num primeiro momento, os itens de
0183. números três a sete da pauta, haja vista que o tema
0184. principal da discussão era bastante complexo, exigindo
0185. maior tempo para apreciação. Para tanto, esclareceu que
0186. os processos constantes daqueles itens haviam sido
0187. previamente examinados pela Comissão de Legislação e
0188. Normas, já contando com parecer favorável. Após algumas
0189. considerações e, tendo em vista proposição encaminhada
0190. pelo Professor Adair, devidamente aprovada pela
0191. unanimidade do plenário, ficou decidido que os processos
0192. concernentes a concessão de comendas seriam votados em
0193. bloco em escrutínio secreto, segundo a norma Regimental,
0194. de forma a agilizar os trabalhos. Foi, ainda, decidido em
0195. atendimento a proposição do Professor Moacir que, quando
0196. da apresentação de cada processo, o relator faria um
0197. breve comentário sobre o currículo do homenageado. Item
0198. 3. Processo nº 23110.002138/93-83 do Departamento de
0199. Fitotecnia da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel,
0200. encaminhando proposição quanto a outorga de Medalha do
0201. Mérito Universitário ao Engenheiro Agrônomo Jorge Rosales
0202. King. Ao relatar o processo, o Professor Moacir
0203. esclareceu que se tratava de uma justa homenagem a um
0204. Engenheiro Agrônomo, de nacionalidade boliviana, uma das
0205. mais altas autoridades na área agrária daquele país. De
0206. acordo com o Professor, as razões que justificavam a
0207. homenagem podiam ser sintetizadas em alguns aspectos:
0208. Esta era a primeira vez que a UFPel oferecia um curso de
0209. Pós-Graduação, ainda que a nível de especialização, para
0210. colegas de outro país, com a colaboração de docentes do
0211. Departamento de Fitotecnia. E esclareceu que isto fora
0212. possível graças ao empenho deste Engenheiro Agrônomo que,
0213. já em 1989 visitara vários estados brasileiros acompanha-

24

0214. do de quinze colegas, tendo escolhido a UFPel para centro
0215. de capacitação de seus profissionais. Com isto, também, a
0216. Universidade foi destacada na apresentação e coordenação
0217. de seminários e painéis panamericanos de sementes,
0218. Também, em consequência disso, a própria Agência
0219. Brasileira de Cooperação Externa do Ministério das
0220. Relações Exteriores reconheceu que este era o maior
0221. programa técnico que o Brasil apresentava com países em
0222. desenvolvimento. Disse o Professor que já havia o
0223. interesse da Argentina, da Colômbia e do Chile na
0224. realização de programas de Pós-Graduação naquela e em
0225. outras áreas e que, atualmente, a Universidade estava, em
0226. decorrência da ação coordenada externamente pelo
0227. Engenheiro Agrônomo King, oferecendo um curso de
0228. Especialização Técnica em Moçambique. Por tudo isso é que
0229. havia o entendimento da Faculdade de Agronomia de que, ao
0230. fazer um trabalho de base e de divulgação tão sério,
0231. aquele profissional prestara relevantes serviços à
0232. Universidade, não só na divulgação, mas na abertura de
0233. oportunidades de convênios com outros países. Concluindo
0234. sua exposição, o Professor Moacir colocou-se à disposição
0235. para quaisquer outros esclarecimentos. Item 4. Processo
0236. nº 23110.002070/93-41 do Departamento de Cirurgia Geral,
0237. da Faculdade de Medicina, encaminhando proposição de
0238. concessão do título de Professor Emérito ao Professor
0239. Titular Dr. José do Amaral Braga Filho. Ao relatar o
0240. processo o Professor Wanderlei esclareceu que a
0241. proposição era originária do Departamento de Cirurgia
0242. Geral, aprovada por unanimidade no Conselho Departamental
0243. e justificada por ser ele um dos fundadores da Faculdade
0244. de Medicina, figura nacionalmente conhecida na área
0245. médica e respeitada no meio acadêmico, tendo prestado
0246. relevantes serviços àquela Faculdade. Atuou na Faculdade
0247. de Odontologia na cadeira de Cirurgia Buco-Maxilo-Facial
0248. e, na Faculdade de Medicina, foi um dos idealizadores do
0249. Pós-Graduação em Cirurgia Geral, atual Residência Médica.
0250. Por diversas ocasiões representara a Faculdade em
0251. congressos e eventos da área médica tanto no país como no
0252. exterior. Salientou que, paralelamente ao seu trabalho
0253. como médico, o Professor havia dedicado a sua vida
0254. inteira ao ensino, sendo a proposição um reconhecimento
0255. justo ao que representava. Item 5. Processo nº
0256. 23110.009707/93-81 do Gabinete do Reitor, encaminhando
0257. proposição quanto à concessão do título de Professor
0258. Emérito ao Professor Ápio Cláudio de Lima Antunes. Ao
0259. proceder o relato do processo, o Senhor Presidente fez
0260. referência aos principais aspectos do curriculum do
0261. homenageado e justificou a proposição por haver sido
0262. procurado em seu Gabinete, por diversas vezes, inclusive
0263. por docentes já aposentados e de linha ideológica
0264. contrária a do Professor Ápio. Em sua intervenção, o
0265. Professor César lembrou que, lamentavelmente, durante o
0266. período da ditadura militar o Professor Ápio estivera
0267. exilado no exterior tendo, ao retornar ao Brasil
0268. posteriormente, sofrido uma série de represálias. Mais
0269. adiante, graças ao seu brilhantismo e ao advento da
0270. anistia, retornara a desempenhar suas atividades junto ao

0271. magistério superior, na Faculdade de Direito, ainda que
0272. por breve período, uma vez que logo fora afastado por
0273. aposentadoria compulsória. Lembrou o Senhor Presidente
0274. que, a par de suas idéias, o Professor Ápio nunca se
0275. valera das mesmas para obter qualquer privilégio na
0276. Universidade e salientou que, se o Conselho viesse,
0277. naquele momento, a outorgar o título que estava sendo
0278. proposto, estaria fazendo justiça àqueles professores que
0279. foram perseguidos pelo movimento militar à época da
0280. ditadura em nosso país, sendo afastados da cátedra. A
0281. seguir, passou a palavra ao Professor Diniz, Diretor em
0282. exercício da Faculdade de Direito para que complementasse
0283. a exposição. Ao intervir, o Professor Diniz disse que
0284. tudo o que poderia ser dito em relação ao Professor Ápio
0285. já o fora pelo Senhor Presidente, mas que gostaria de
0286. dar seu depoimento pessoal que no ano de sua formatura,
0287. em 1964, o mesmo fora o único professor homenageado pela
0288. sua turma de formandos. E concluiu dizendo que realmente
0289. tratava-se de uma homenagem justa que certamente
0290. receberia o referendo do Conselho Universitário. Item 6.
0291. Processo nº 23110.002349/92-16 da Faculdade de Direito,
0292. propondo a concessão do título de Professor Emérito à
0293. Professora Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano. Ao
0294. relatar o processo, o Professor Diniz salientou que a
0295. proposição visava prestar uma homenagem a uma Professora
0296. que tanto havia se destacado no exercício do magistério
0297. dentro e fora da Universidade. Salientou que todos os
0298. aspectos formais haviam sido cumpridos. Entretanto,
0299. quanto ao mérito entendia que a proposição era justa,
0300. adequada e que dificilmente encontrar-se-ia na
0301. Universidade uma professora com tanta qualificação para
0302. essa homenagem. Salientou que, na época de estudante, foi
0303. uma das poucas alunas laureadas e que ao ingressar no
0304. magistério na década de 1950 desenvolveu uma carreira
0305. universitária brilhante e um curriculum invejável.
0306. Lembrou que a Professora representara o Brasil em
0307. organismos internacionais, inclusive, exercendo a
0308. Presidência da Comissão Interamericana de Direitos
0309. Humanos, na Organização dos Estados Americanos. Na
0310. Universidade, o Professor Diniz lembrou que a homenageada
0311. participara da redação das normas da Universidade, logo
0312. após a sua criação. Reafirmou que a proposição era justa
0313. e solicitou que os conselheiros a aprovassem. Item 7.
0314. Processo nº 23110.000404/89-48 da Faculdade de Ciências
0315. Domésticas, propondo a outorga de Medalha do Mérito
0316. Universitário à Professora Elisa Clélia Minioni. Ao
0317. relatar o processo, a Professora Gisa Soares destacou
0318. aspectos importantes do curriculum da Professora Elisa,
0319. enfatizando a sua dedicação à Universidade e a sua
0320. participação ativa na regulamentação da profissão de
0321. Economista Doméstica, bem como do curso de Pós-Graduação
0322. em Ciência dos Alimentos. Encerrando sua exposição,
0323. enfatizou que a Faculdade sentia-se extremamente honrada
0324. em encaminhar a proposta. A seguir, após algumas
0325. considerações o Senhor Presidente passou a submeter as
0326. propostas à votação. Procedida a votação, o Senhor
0327. Presidente convidou os conselheiros Tânia Bachilli e

dy

0328. Flávio Demarco para realizarem o escrutínio, que
0329. apresentou o seguinte resultado: 26 (vinte e seis) votos
0330. favoráveis; 2 (duas) abstenções; 4 (quatro) votos nulos;
0331. 1 (um) voto em branco e 7 (sete) votos contrários,
0332. totalizando quarenta votantes. A seguir o Senhor
0333. Presidente declarou aprovados os processos que pleiteavam
0334. a outorga das comendas já mencionadas. Item 2. Sistema de
0335. Saúde da UFPel. Após anunciar este item da pauta, o
0336. Senhor Presidente dirigiu-se ao Conselho solicitando
0337. autorização para que participassem da reunião as
0338. seguintes autoridades: Dr. Carlos Saul - Diretor do
0339. Hospital Escola; Dr. Renato Resmini Riemke -
0340. Diretor-Presidente da Fundação de Apoio Universitário;
0341. Dr. Marco Antonio Funchal - Presidente do Conselho
0342. Municipal de Saúde; Dr. Michel Hallal - Vice-Prefeito e
0343. Secretário Municipal de Saúde, juntamente com o Dr. José
0344. Justino Faleiros - Assessor da Secretaria Municipal de
0345. Saúde. Não havendo qualquer manifestação contrária à
0346. proposição, que veio a ser aprovada por ampla maioria de
0347. votos, com apenas uma abstenção, foi dado acesso aos
0348. convidados a sala de reuniões. A seguir o Senhor
0349. Presidente solicitou ao Professor Wanderlei Motta -
0350. Diretor da Faculdade de Medicina, que fizesse uma
0351. exposição inicial sobre o assunto. Ao iniciar sua
0352. intervenção o Professor disse que, em conformidade com o
0353. que fora acordado em sessão anterior, faria um breve e
0354. sucinto relato da situação do Sistema de Saúde da UFPel.
0355. Lembrou que, na condição de Diretor da Faculdade de
0356. Medicina tinha, entre outras obrigações, a de gerenciar
0357. esse micro-sistema de saúde quanto ao aspecto acadêmico
0358. de formação de recursos humanos e que, portanto, seu
0359. contato com o hospital e toda a estrutura de saúde era
0360. permanente e integrado. Especificamente quanto ao
0361. Micro-Sistema de Saúde da Universidade, esclareceu que
0362. era composto por uma estrutura complexa, com um alto
0363. custo em relação ao sistema de financiamento do setor,
0364. estando inserido nos três níveis tradicionais de atenção
0365. à saúde: no nível de atenção primária, o sistema é
0366. composto por seis postos localizados na periferia da
0367. cidade, e um no Campus da UFPel. Nos cinco primeiros,
0368. desenvolve-se atividades de extensão, ensino e pesquisa
0369. com pessoal contratado pela Fundação de Apoio
0370. Universitário e por docentes das diversas unidades da
0371. área de Saúde da UFPel. No posto do Campus, com pessoal
0372. contratado pela FAU e com pessoal da própria
0373. Universidade, presta-se assistência médica à comunidade
0374. universitária e à população do município do Capão do Leão
0375. desta região. Esclareceu o professor que, no nível de
0376. atenção primária à saúde, são prestados atendimentos aos
0377. problemas mais comuns da prática médica que somam cerca
0378. de 80% das necessidades de atendimento. No nível
0379. secundário, encontra-se casos de maior complexidade. Está
0380. composto pelo Ambulatório Central da Faculdade de
0381. Medicina, onde são desenvolvidas atividades de ensino,
0382. pesquisa e extensão em praticamente todas as
0383. especialidades médicas, além dos Ambulatórios de Nutrição
0384. e de Genética Humana, respectivamente, de responsabilidade

dy

0385. de da Faculdade de Nutrição e do Instituto de Biologia.
0386. Também nesse setor está localizada a área de apoio,
0387. terapia e diagnóstico do sistema, constituída pelo
0388. Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Radiologia,
0389. Serviço de Eletrocardiografia, Fisioterapia e
0390. Radioterapia. Também integra a atenção secundária à saúde
0391. o Ambulatório de Odontologia, localizado na Faculdade de
0392. Odontologia. O nível terciário é composto pelo Hospital
0393. Escola, onde tem-se 70 leitos, divididos nas quatro
0394. grandes áreas médicas: Cirurgia, Clínica Médica,
0395. Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria; e do Pronto
0396. Socorro que presta atendimento de urgência a toda a
0397. cidade e a toda região sul do estado, ambos integralmente
0398. administrados pela Universidade, via Fundação de Apoio
0399. Universitário. Nesse nível terciário, ainda há cerca de
0400. 50 (cinquenta) leitos psiquiátricos na Clínica Olivé
0401. Leite, sob a responsabilidade técnica do Departamento de
0402. Saúde Mental da Faculdade de Medicina, onde também
0403. estagiam alunos da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia.
0404. Esses leitos da clínica psiquiátrica são administrados
0405. pela Clínica Olivé Leite, com quem a Universidade mantém
0406. convênio. Continuando, o Professor esclareceu que,
0407. recentemente, em decorrência de convênios firmados com a
0408. Universidade e a Santa Casa de Misericórdia, e entre a
0409. Universidade e a Sociedade Portuguesa de Beneficência,
0410. fora ampliado o número de leitos disponíveis para o
0411. ensino na área da saúde sem, no entanto, aumentar a
0412. responsabilidade administrativa sobre esses leitos. Esses
0413. três níveis de alteração geram, de acordo com o
0414. Professor, cerca de 14000 (quatorze mil) consultas
0415. ambulatoriais por mês e uma média de 580 hospitalizações
0416. por mês e constitui-se no único micro-sistema de saúde
0417. totalmente público da cidade, ou seja, em que o paciente
0418. recebe todo o atendimento em diversos níveis, sem nenhum
0419. custo adicional ao que recolhe à Previdência Social ou,
0420. se não recolhe, sem qualquer custo. Para manter o
0421. funcionamento desse micro-sistema, a Fundação de Apoio
0422. Universitário tem contratado aproximadamente 450
0423. (quatrocentos e cinquenta) empregados. A razão de ser
0424. deste sistema é a formação de recursos humanos que
0425. efetivamente se faz em todos os níveis citados e com a
0426. participação de todas as unidades da UFPel, sendo que
0427. algumas, como é o caso da Medicina, de modo absoluto,
0428. chegando a poder-se dizer que uma eventual falência desse
0429. sistema inviabilizaria a Faculdade de Medicina. Outra
0430. função nobre do sistema é a integração da Universidade
0431. com o Sistema Único de Saúde, caracterizando pelo número
0432. de atendimentos e natureza das atividades, a principal
0433. forma de atuação da Universidade em termos de extensão,
0434. com um significado social inestimável, principalmente
0435. levando-se em conta as carências e as necessidades da
0436. população. Continuou dizendo que, entretanto, a
0437. manutenção daquele micro-sistema era bastante dispendiosa
0438. e o seu sistema de financiamento absolutamente perverso
0439. por várias razões, entre elas: 1º) o Ministério da
0440. Educação participa do custeio de modo completamente
0441. insuficiente, responsabilizando-se formalmente apenas

24

0442. pelo aluguel do Hospital Escola, prédios mais alimentação
0443. dos pacientes e pelos salários do pequeno número de
0444. servidores técnico-administrativos e docentes que
0445. participam da "produção do sistema". Nos últimos doze
0446. meses, cabe destacar que o MEC, através da UFPel, por
0447. absoluta impossibilidade da FAU, ampliou a sua
0448. participação, responsabilizando-se pela maior parte do
0449. custo com os gastos de material e medicamentos do
0450. micro-sistema; 2º) o único financiador do micro-sistema é
0451. o Ministério da Saúde que, além de retribuir pelos
0452. serviços prestados com 60 (sessenta) dias de atraso sem
0453. correção monetária ou juros pelos seus débitos, paga de
0454. modo insuficiente para cobrir os custos da maioria dos
0455. procedimentos. Como resultado disso, tem-se a constante
0456. crise da Fundação para manter viável o micro-sistema com
0457. tudo o que significa em termos de ensino, pesquisa e
0458. extensão. A cada final de mês a situação é desesperadora
0459. para honrar a folha de pagamento, pessoal e fornecedores.
0460. Acumulam-se os débitos e, ao mesmo tempo, vai sendo
0461. sucateada a precária infra-estrutura disponível sem
0462. considerar, que não se fala em investimentos tão
0463. necessários para a formação de recursos humanos. "Temos
0464. conhecimento que todos os Hospitais Universitários
0465. públicos do país passam dificuldades semelhantes para a
0466. sua manutenção e que a maioria é deficitário sob o ponto
0467. de vista econômico. Entretanto, a diferença que todos os
0468. demais têm em relação ao nosso Hospital é que o MEC,
0469. através de suas Instituições Federais de Ensino Superior,
0470. tem uma participação muito mais efetiva no custeio do
0471. sistema de saúde". E concluiu dizendo que aquela era, em
0472. termos gerais, uma visão daquilo que compunha o
0473. micro-sistema, de como estava hierarquizado, do número de
0474. pessoas atendidas, de pessoas empregadas e das áreas que
0475. atuavam no sistema. Declarou que o mesmo estava
0476. inteiramente integrado ao Sistema Único de Saúde do
0477. Município, tendo importância vital para a cidade e a
0478. região. Na seqüência, o Senhor Presidente passou a
0479. palavra ao Doutor Michel Hallal - Secretário de Saúde do
0480. Município, para que fizesse o seu pronunciamento. Ao
0481. manifestar-se o Dr. Michel disse de sua satisfação em
0482. participar da reunião do Conselho, como convidado e fez a
0483. seguinte intervenção: "Tendo assumido a Secretaria
0484. Municipal de Saúde, há sete meses, uma das principais
0485. metas foi a concretização da municipalização da saúde.
0486. Para isso precisamos, desde o início do ano, em sessões
0487. extraordinárias da Câmara, aprovar o reajuste do
0488. orçamento na área da saúde que conta hoje, com cerca de
0489. 10% dos recursos do orçamento do município acrescido de
0490. mais 2% de recursos obtidos externamente. Para levar a
0491. efeito a questão prevista constitucionalmente de
0492. municipalização dos serviços de saúde, optamos,
0493. inicialmente, por investir no chamado Sistema Integrado
0494. de Saúde. Foi diagnosticado que as estruturas prestadoras
0495. de serviço na área de saúde atuavam de forma dissociada:
0496. a Universidade fazendo as suas atividades, a Prefeitura
0497. prestando atendimento através de seus Postos Periféricos,
0498. a UCPel, o ex-INAMPS e o próprio Estado também atuando

0499. isoladamente. Com o fim de obter a esperada integração,
0500. foi convidado para trabalhar na Secretaria de Saúde do
0501. Município o Professor José Justino Faleiros, docente da
0502. UFPel, fundador do primeiro Posto de Saúde Periférico da
0503. cidade, foi criada a chamada Assessoria de Epidemiologia
0504. e Planejamento além de outras, tudo visando incrementar
0505. os projetos voltados à saúde pública. Foi dada prioridade
0506. aos programas de Pré-Natal, Prevenção de Câncer
0507. Ginecológico, Pediatria e Puericultura já desenvolvidas
0508. pela Universidade e que, agora, passavam a estar
0509. integrados aos projetos do próprio município, inclusive
0510. na área de Odontologia. Foi procurado valorizar o
0511. Conselho Municipal de Saúde que é um órgão que atuará
0512. como fiscalizador e deliberador das questões de saúde do
0513. município. Procurou-se caracterizar as responsabilidades
0514. de cada setor e, no intuito de fortalecer a atuação do
0515. Pronto Socorro e do Hospital Universitário, a Prefeitura
0516. Municipal está assumindo uma parte da carga dos
0517. atendimentos ambulatoriais, através da recente realização
0518. de concurso para a contratação de novos médicos e criação
0519. de novos postos sob a responsabilidade do município. De
0520. acordo com o projeto de descentralização e
0521. distritalização da saúde, iremos considerar cada grande
0522. bairro da cidade como um distrito sanitário e esta é uma
0523. proposta revolucionária nesta área. Constituirão
0524. distritos sanitários isolados os bairros Três Vendas,
0525. Areal, Fragata, as três Praias e o Centro, juntamente com
0526. a Várzea, Porto e adjacências um outro distrito
0527. sanitário. Para esse fim, estamos dando ênfase a
0528. informatização da saúde, meta prioritária desde a época
0529. de campanha eleitoral - e que já vem se tornando
0530. realidade com o auxílio, inclusive, do Centro Nacional de
0531. Epidemiologia que assegurou a doação de 8 (oito)
0532. microcomputadores para o sistema de saúde do Município,
0533. que serão colocados em cada distrito sanitário. Além
0534. disso, um desses computadores será instalado no
0535. Ambulatório da Faculdade de Medicina da UFPel, que
0536. servirá como ambulatório de referência para a marcação de
0537. consultas com especialistas. Com isto desaparecerão as
0538. "filas" para marcação de consultas, uma vez que serão
0539. previamente agendadas nos próprios Postos de Saúde
0540. Periféricos, quando o paciente fizer a sua consulta com o
0541. médico generalista. Assim, quando o paciente consultar em
0542. um Posto Periférico saberá, de antemão, o dia e a hora em
0543. que deverá consultar um especialista no Ambulatório da
0544. Faculdade de Medicina, o que contribuirá para o
0545. desaparecimento das infundáveis filas de marcação de
0546. consultas". E lembrou que houvera um tempo, em Pelotas,
0547. em que era vantajoso para as Universidades instalar
0548. postos de saúde face a lucratividade que apresentavam, o
0549. que resultou na proliferação anárquica de postos na zona
0550. urbana, muito próximos uns dos outros. Por outro lado, na
0551. zona rural não há nenhum Posto de Saúde das
0552. Universidades, mas somente aqueles mantidos pelo
0553. município, em número de doze, para atender a uma
0554. população de aproximadamente 25000 habitantes. Pela
0555. proposta, o Sistema Único de Saúde absorverá os médicos

0556. do INSS do Estado, em número de 80 (oitenta), entre
0557. especialistas e clínicos gerais, que serão redistribuídos
0558. conforme estudo a ser feito pelo Conselho Municipal de
0559. Saúde. Concluindo, o Professor ressaltou que esta seria a
0560. forma de equacionar o problema de saúde do município,
0561. mediante um critério de racionalização. E segundo este
0562. critério de racionalização, o Dr. Hallal disse que, por
0563. exemplo, a Universidade poderia fechar o Posto de Saúde
0564. da Vila Gotuzzo por ser este muito próximo ao da Vila
0565. Virgílio Costa, que funciona em três turnos. Esclareceu
0566. que a desativação do Posto da Vila Gotuzzo não seria
0567. apenas para atender a uma questão de economia, mas com
0568. vista a criação de um terceiro turno de atendimento, a
0569. partir de setembro, no Posto de Saúde do INSS, situado na
0570. Av. Pinheiro Machado. Pela proposta, os médicos do INSS
0571. concentrariam o seu atendimento no turno da manhã, a
0572. Universidade deslocaria os médicos que atendem na Vila
0573. Gotuzzo, para atender neste Posto no turno da tarde, e a
0574. Prefeitura ali abriria um terceiro turno, no horário das
0575. 18:00 as 22:00 horas. Com essas medidas, a partir de
0576. setembro, haverá quatro postos de saúde funcionando em
0577. três turnos: o da Vila Navegantes, o da Virgílio Costa, o
0578. da Av. Pinheiro Machado e o Posto do Centro Social Urbano
0579. do Areal, que pertence a Universidade. E salientou que a
0580. meta era estender essa modalidade para o Bairro Três
0581. Vendas e demais distritos sanitários, dotando-os,
0582. inclusive, de um Serviço de Ambulância, em convênio com o
0583. Corpo de Bombeiros, para atendimentos de emergência. Com
0584. o fim de assegurar a eficiência e qualidade do sistema, o
0585. Dr. Michel esclareceu que estavam sendo criados os
0586. Conselhos Comunitários de Saúde, ou seja: a própria
0587. comunidade passaria a controlar a qualidade do
0588. atendimento nos Postos de Saúde, com parte do controle
0589. social. Esclareceu que alguns médicos que não estavam se
0590. adaptando ao novo sistema de trabalho da Prefeitura
0591. solicitaram demissão, o que oportunizara novas admissões
0592. dentro da nova política de trabalho, que prevê uma
0593. jornada mínima de quatro horas diárias para os médicos. E
0594. lembrou que os Postos de Saúde funcionando eficientemente
0595. oportunizarão uma diminuição da demanda do Pronto Socorro
0596. e do próprio Hospital Universitário, que deve centrar a
0597. sua atuação nos atendimentos de urgência e de emergências
0598. que constituem sua obrigação. E concluiu dizendo que para
0599. alcançar-se a consecução do projeto de municipalização da
0600. saúde era imprescindível a participação da Universidade.
0601. Concluída a exposição, o Senhor Presidente passou a
0602. palavra ao Doutor Marco Antonio Funchal - Presidente do
0603. Conselho Municipal de Saúde para que fizesse a sua
0604. intervenção. Manifestando-se o Doutor Funchal fez uma
0605. explanação sobre o funcionamento do Conselho Municipal de
0606. Saúde, destacando ser fundamental a participação da
0607. Universidade Federal de Pelotas no órgão, tendo em vista
0608. o que a mesma representa para o município e para a zona
0609. sul do estado. Destacou que os dirigentes das unidades da
0610. área de saúde da UFPel eram testemunhas do empenho do
0611. Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria de Saúde do
0612. Município em colaborar com a Universidade no sentido de

dy

0613. evitar o fechamento do Pronto Socorro da FAU, quando isto
0614. estivera prestes a ocorrer. E esclareceu que aquele
0615. Conselho era uma entidade aberta a discussão, dinâmica,
0616. extremamente polêmica, onde havia diversas opiniões no
0617. que tange a política de saúde, mas onde se verificava a
0618. unanimidade quanto ao entendimento de que a
0619. municipalização da saúde era o caminho adequado. E para
0620. isso foram tomadas providências como, por exemplo, a
0621. criação de um Conselho de Saúde previsto em lei, a
0622. criação de um fundo de saúde existente em lei; o início
0623. da criação de um Plano de Cargos e Salários, também
0624. existente em lei e, por fim, a assinatura do termo de
0625. adesão à municipalização da saúde que é feita pela
0626. Prefeitura Municipal e pelo Ministério da Saúde. Além da
0627. vontade política que já existia, conforme explicitado
0628. pelo Doutor Michel Hallal, faltava alguns requisitos
0629. básicos uma vez que a municipalização da saúde atingiria
0630. todos os municípios da zona sul e, para tanto, o
0631. entrosamento com a UFPel era algo fundamental. Dando
0632. prosseguimento as intervenções, o Senhor Presidente
0633. passou a palavra ao Doutor Renato Riemke - Presidente da
0634. Fundação de Apoio Universitário para que fizesse a sua
0635. exposição. Inicialmente o Professor Renato disse que a
0636. Fundação de Apoio Universitário, na condição de entidade
0637. de direito privado, além de atuar no micro-sistema de
0638. saúde administrava aproximadamente trinta projetos com
0639. coordenadores da Universidade. Salientou que a FAU tinha
0640. a sua receita oriunda exclusivamente dos atendimentos
0641. efetuados no Ambulatório Central da Faculdade de
0642. Medicina, Postos Periféricos e internações hospitalares,
0643. além da receita custeada pela Universidade relativa ao
0644. pagamento de faturas e aluguel do Hospital Escola. Como
0645. despesas, o Professor esclareceu que a FAU tinha
0646. fundamentalmente aquelas relacionadas às obrigações
0647. trabalhistas, fornecedores e prestadores de serviço.
0648. Apesar de ser uma instituição que, basicamente, deveria
0649. preocupar-se com a administração de suas receitas e
0650. despesas, ela ainda lida com os aspectos de sua relação
0651. íntima com a Faculdade de Medicina e com o seu aspecto
0652. social representado pelo atendimento de urgência no
0653. Pronto Socorro a grande parte da população da cidade e
0654. municípios vizinhos. Como consequência dessa preocupação
0655. com o social, a Fundação acabava administrando vários
0656. Postos Periféricos que eram deficitários, embora
0657. necessários ao ensino, como também o Pronto Socorro. Em
0658. sua intervenção o Professor esclareceu que, em relação ao
0659. Pronto Socorro, algumas especialidades haviam sido
0660. distribuídas para outros setores, por exemplo, as
0661. urgências em Neuro-cirurgia para a Beneficência
0662. Portuguesa e os atendimentos de urgência em Pediatria
0663. para o Hospital Universitário da UCPel, isto tentando
0664. evitar-se o fechamento do Pronto Socorro. Procurando
0665. esclarecer a origem dos problemas da Fundação, o
0666. Professor disse que o comprometimento da folha de
0667. pagamento em relação a sua receita era expressado da
0668. seguinte forma: no mês de maio, a FAU faturara valores na
0669. ordem de CR\$ 10.185.000,00 sendo que, na competência,

ef

0670. recebera apenas CR\$ 2.014.000,00 do Sistema Único de
0671. Saúde, enquanto que a folha de pagamento no mesmo mês
0672. atingira o montante de CR\$ 7.354.088,00 o que
0673. significava um percentual de 72% em relação a sua
0674. receita; em junho, o faturamento fora da ordem de CR\$
0675. 14.181.032,00 tendo o repasse de recursos ficado em CR\$
0676. 8.725.741,00 para uma folha de pagamento de CR\$
0677. 7.628.440,00 o que equivalia a um comprometimento de 54%
0678. de sua receita no período; em julho, o faturamento da
0679. Fundação subira para CR\$ 22.231.904,00 enquanto que o
0680. recebimento fora de CR\$ 19.792.481,00 ficando a folha de
0681. pagamento no valor de CR\$ 12.290.264,00 o que assinalava
0682. um comprometimento, na competência, da ordem de 55%.
0683. Esclareceu também que a fatura da Fundação de maio para
0684. junho tivera um acréscimo de 34%, enquanto o INSS
0685. reajustara os serviços médicos em 30%; em junho, o
0686. faturamento da Fundação tivera um acréscimo de 57%
0687. enquanto, outra vez, o INSS reajustara os serviços na
0688. ordem de 30%. E esses dados demonstravam que o
0689. faturamento da Fundação tivera, nesse período, um
0690. acréscimo superior ao oferecido pelo INSS. Contudo -
0691. continuou o Professor, os valores eram repassados à FAU
0692. com atrasos de, em média, sessenta dias o que, na
0693. prática, significava um comprometimento bastante superior
0694. desses valores para com a folha de pagamento. E, como
0695. exemplo, esclareceu que no aspecto operacional a receita
0696. da FAU ficara comprometida com a folha de pagamento no
0697. mês de junho em cerca de 87% e, em julho, em
0698. aproximadamente 72%. Com relação às dívidas, o Professor
0699. esclareceu que ao assumir a administração da Fundação no
0700. mês de janeiro, havia encontrado uma realidade muito
0701. séria em relação aos débitos com fornecedores, INSS, FGTS
0702. e com o corpo funcional. Lembrou que, em agosto de 1992,
0703. a Direção da FAU tivera de negociar com os funcionários
0704. uma redução salarial na ordem de 30 a 60% uma vez que, na
0705. época, o comprometimento da receita superava o valor da
0706. folha de pagamento, simplesmente não havendo "caixa". E
0707. salientou que essa alternativa visava salvar a
0708. Instituição. Por tudo isso, a nova direção ao assumir a
0709. administração da Fundação em janeiro comprometera-se em
0710. repor as perdas acumuladas no período anterior, bem como
0711. regularizar os débitos com fornecedores, INSS e FGTS, o
0712. que vinha sendo feito gradativamente. Com relação a
0713. contabilidade da Fundação, foi esclarecido que a mesma se
0714. encontrava com dados absolutamente atrasados - cerca de
0715. um ano e meio - inviabilizando o levantamento de números
0716. concretos em relação a Fundação, no que dizia respeito a
0717. dívidas e faturamento. Este, por sua vez, não era feito
0718. de forma adequada; a cobrança de fornecedores sempre
0719. surpreendia a Direção da Fundação porque não prevista e a
0720. situação, como um todo, era insustentável. Visando a
0721. superação desses problemas, foi contratada a Fundação São
0722. Camilo, empresa especializada na administração de
0723. hospitais e com reconhecido profissionalismo nessa área,
0724. que passou a dar assessoria administrativa à FAU
0725. colocando a sua disposição um Secretário Geral. A FAU,
0726. apesar de seu funcionamento ser exclusivamente público e

0727. de seus recursos serem provenientes de seu faturamento a
0728. nível ambulatorial e das AIH, teve, em determinada época,
0729. criado um Plano de Cargos, Salários, Benefícios e
0730. Vantagens, bastante inadequado à realidade da Fundação. A
0731. respeito foi consultada a Delegacia Regional do Trabalho,
0732. quanto a legalidade desse plano, que acabou por
0733. apresentar um documento demonstrando a não homologação
0734. oficial do mesmo. Durante a atual gestão foi feito
0735. convênio com a Santa Casa de Misericórdia, ampliando o
0736. número de leitos, bem como com a Beneficência Portuguesa,
0737. de forma a ampliar o número de leitos para o ensino. O
0738. Professor finalizou sua intervenção dizendo que
0739. basicamente os números que precisavam ser trazidos eram
0740. aqueles apresentados. Além disso, recentemente, havia
0741. ocorrido algumas demissões na FAU - 13 (treze) médicos no
0742. Pronto Socorro e outras nas demais áreas, perfazendo o
0743. total de 30 (trinta) - sempre procurando evitar qualquer
0744. prejuízo às atividades de ensino e serviços. Os critérios
0745. utilizados foram, primeiramente, perguntar às pessoas se
0746. tinham interesse em sair, porque isso implicaria em
0747. demissões espontâneas; a seguir observou-se critérios de
0748. antiguidade, capacidade, da importância da função de cada
0749. um em cada setor. Em nenhum momento houve a intenção -
0750. porque se tinha claro o problema social acarretado com a
0751. demissão de funcionários - de proceder-se demissões
0752. injustas, mas apenas aquelas absolutamente necessárias, e
0753. contando com o aval dos Departamentos de Medicina Social,
0754. Saúde Mental e Conselho Departamental da Faculdade de
0755. Medicina, além de reuniões prévias entre a Direção da
0756. Faculdade e as áreas envolvidas. Esclareceu o Professor
0757. que, atualmente, a FAU vinha respondendo a cerca de 50
0758. ações trabalhistas que haviam ingressado na justiça nos
0759. anos de 1991 e 1992, quando ocorreram cerca de 150 (cento
0760. e cinquenta) demissões. Das trinta demissões havidas
0761. recentemente, cerca de mais de vinte já estavam quitadas
0762. e, na verdade, a única negociação feita em termos da
0763. multa do FGTS, fora com aqueles funcionários que
0764. espontaneamente desejavam sair da Fundação. A situação
0765. atual é de vinte e duas rescisões homologadas e de dez
0766. ainda em negociação por não haver sido cumprido o período
0767. de aviso prévio. A seguir, colocou-se à disposição dos
0768. presentes para quaisquer outros esclarecimentos que
0769. fossem necessários. Dando prosseguimento as intervenções,
0770. o Senhor Presidente passou a palavra ao Dr. Carlos Saul -
0771. Diretor do Hospital Escola. Ao iniciar sua exposição o
0772. Dr. Saul disse que procuraria apresentar, em breves
0773. palavras, um relato dos objetivos iniciais da Fundação de
0774. Apoio Universitário, bem como dos fatos que haviam
0775. ocorrido nos últimos anos e que contribuíram para o
0776. agravamento da crise na saúde, amplamente divulgada pelos
0777. meios de comunicação, e que parecia estar começando a ser
0778. superada naquele momento. Explicou o Professor que a FAU
0779. fora criada em 1981 para suprir deficiência de
0780. mão-de-obra destinada a atender ao Hospital Escola, na
0781. época arrendado junto à Beneficência Portuguesa. Com isso
0782. foi possibilitado criar, via Fundação, um quadro de
0783. pessoal para atuar junto ao Hospital, tendo o número de

0784. leitos sido ampliado de 27 (vinte e sete) para 72
0785. (setenta e dois) leitos. Então o objetivo fundamental de
0786. criação da FAU foi fazer com que a Faculdade de Medicina
0787. da UFPel tivesse um Hospital Escola razoável que pudesse
0788. absorver no seio da sua Escola os alunos que ela formava
0789. e que pudesse criar um curso de Pós-Graduação, o que
0790. significava melhoria da qualidade de ensino e formação de
0791. recursos humanos na área da saúde. Naquela ocasião já se
0792. antevia, também, a importância dos Hospitais
0793. Universitários na rede de assistência ao sistema de
0794. saúde. Com o tempo, conforme sinalização favorável do
0795. Ministério da Saúde, foram criados os Ambulatórios
0796. Periféricos já que o entendimento era de que a prevenção
0797. à saúde deveria iniciar nos ambulatórios periféricos e
0798. não nos hospitais, o que lamentavelmente fora revertido a
0799. partir de 1991. A primeira crise da FAU fora verificada
0800. quinze dias após sua criação e, a partir daí, se
0801. sucederam num processo constante. E isso aconteceu porque
0802. a Fundação se sustenta com o que arrecada junto ao
0803. Ministério da Saúde pelos serviços que presta, que
0804. historicamente é mal pago, constando de tabelas defasadas
0805. e com atrasos absurdos, fazendo com que quase nenhuma
0806. Instituição consiga manter-se. Por essa razão, muitos
0807. hospitais passaram a investir mais na área privada,
0808. procurando fugir do Sistema Único de Saúde porque ele não
0809. remunerava adequadamente. Enquanto isso a FAU sobrevivia
0810. exclusivamente da remuneração do Sistema Único de Saúde
0811. todo este tempo. Por isso o equilíbrio cada vez mais
0812. difícil. Em 1987, houve um desentendimento com a
0813. Beneficência Portuguesa, tendo sido firmado convênio com
0814. a Santa Casa. Nesse momento o Hospital Escola cresceu
0815. ainda mais, passando a contar com 160 leitos, além de
0816. absorver o Pronto Socorro de âmbito regional, sempre
0817. contando com verbas oriundas fundamentalmente do Estado.
0818. À Universidade compete o pagamento do aluguel da área
0819. onde funciona o Hospital e, eventualmente, quando sobra
0820. recursos próprios da Universidade ou, quando se consegue
0821. recursos orçamentários junto ao MEC, algum aporte de
0822. recursos para pagamento de faturas de compra de serviços
0823. principalmente com a Santa Casa e para compra de
0824. medicamentos. Durante o ano de 1990, viveu-se dentro de
0825. um certo equilíbrio porque as tabelas ainda estavam
0826. dentro de um patamar razoável, os atrasos não eram
0827. demasiados e ainda havia dois fatores fundamentais que, a
0828. partir de 1991, desapareceram: o primeiro dizia respeito
0829. ao ambulatório que, naquele período, era adequadamente
0830. pago; o segundo, havia o chamado IVP - Índice de
0831. Valorização de Desempenho, do qual os Hospitais
0832. Universitários recebiam 90% em cima de seu faturamento
0833. porque se entendia, como de fato o é, que o Hospital
0834. Universitário é um Hospital onde o paciente é muito mais
0835. caro porque é exaustivamente investigado; onde são feitos
0836. tratamentos mais sofisticados e para onde são drenados
0837. doentes muito mais complexos. Esses dois pontos eram
0838. fatores importantíssimos de manutenção de equilíbrio. "Em
0839. janeiro de 1991 fomos chamados à Brasília e lá o
0840. Ministério da Saúde foi taxativo ao recomendar a desesti-

dy

0841. mulação dos ambulatorios que deixaram de ser prioridade.
0842. Daí em diante o IVP que havia nos ambulatorios deixou de
0843. existir e as tabelas ambulatoriais ficaram totalmente
0844. defasadas. Por essa razão todo o sistema ambulatorial
0845. existente no país hoje é completamente deficitário. E
0846. dois meses após, desapareceu o IVP - os Hospitais
0847. Universitários passaram a não perceber um percentual a
0848. mais em relação aos outros, embora tivessem seus custos
0849. aumentados. A partir daí as dificuldades foram agravadas
0850. e é esse o quadro que temos acompanhado. Durante o ano de
0851. 1991 conseguiu-se a custo de muito sacrifício manter o
0852. equilíbrio, embora já houvesse no final do ano enorme
0853. déficit tanto nos ambulatorios como no Pronto Socorro,
0854. porque os atrasos do INAMPS pioraram. No final de 1991,
0855. dois relatórios nos deram um novo alento porque
0856. sinalizavam que os objetivos da Fundação estavam sendo
0857. cumpridos. O primeiro relatório - da AMRGS, referente a
0858. avaliação das escolas médicas do Rio Grande do Sul
0859. colocara a nossa Escola de Medicina em 2º lugar no
0860. estado, só perdendo para a escola da UFRGS. Isto
0861. sinalizava que um dos grandes compromissos - a qualidade
0862. do ensino - estava sendo cumprido. O outro relatório
0863. oriundo da Divisão de Hospitais de Ensino e Residências
0864. Médicas do MEC, apresentando os dados comparativos de
0865. produtividade e salários de todos os 44 (quarenta e
0866. quatro) hospitais universitários do Brasil, mostrou que
0867. temos um dos melhores índices indicadores de
0868. produtividade do país, principalmente na taxa de
0869. rotatividade por leito, taxa de ocupação e assim por
0870. diante. Isso deu-nos uma grande satisfação porque apesar
0871. de todos os sacrifícios vimos que nossos objetivos
0872. estavam sendo cumpridos. E 1992 foi um ano considerado
0873. fatídico: a defasagem de tabelas do INAMPS continuou, ou
0874. seja, o que o doente custava para o Hospital não era mais
0875. coberto pelo INAMPS que vinha concedendo reajustes
0876. conforme a inflação mas, no entanto, a medicação e o
0877. material utilizados subiam num ritmo maior que a inflação
0878. o que se aplicava também a conservação de equipamentos,
0879. aparelhos, instrumentos, exames, além de outros. Tanto é
0880. assim que, somando-se 1991 e 1992, e considerando-se
0881. todos os reajustes concedidos pelo INAMPS, a defasagem é
0882. de 169%. Além dessa situação catastrófica em termos de
0883. recursos, dos doze pagamentos que o INAMPS deveria ter
0884. feito à Fundação em 1992, um deles foi simplesmente
0885. suprimido, a par de todo o atraso que, em alguns meses,
0886. chegou a 90 (noventa) dias. Além dos atrasos no repasse
0887. dos pagamentos, também verificou-se as chamadas "glosas"
0888. feitas sob as mais diferentes justificativas: num mês
0889. eram glosadas diárias de UTI, no outro de ambulatorio e
0890. no outro exames especializados e assim por diante, para
0891. tentar fechar o caixa que havia no Ministério. Diante
0892. desse quadro só foi possível fechar o ano de 1992 porque
0893. o Governo, num ato de desespero, resolveu utilizar os
0894. recursos do FAT - Fundo de Assistência ao Trabalhador
0895. para pagar aos hospitais. Nesses primeiros meses de 1993,
0896. janeiro a junho, comparando o faturamento que o serviço
0897. do Sistema de Saúde teve em relação ao recebimento,

0898. observa-se que o recebimento global foi de 40% menos que
0899. o faturado, apesar de todos os atrasos. E já havia
0900. ocorrido essa situação no global do ano de 1992 - 36% do
0901. que havia sido faturado não fora recebido. E isto é uma
0902. realidade em todos os hospitais universitários da
0903. Regional Sul - a partir do Paraná. Por esses dados,
0904. observa-se que é quase impossível manter-se um hospital
0905. cuja fonte de recursos e força de trabalho quase total
0906. não vem da Universidade, mas de uma Fundação. Durante
0907. todas as crises que a Fundação viveu sempre a prioridade
0908. maior de seus recursos foi para pagar a folha de
0909. pagamento dos funcionários. E no ano de 1992 a crise foi
0910. ainda maior porque todos os recursos eram priorizados
0911. para a folha de pagamento dos funcionários, a par do
0912. atraso no pagamento de fornecedores de material,
0913. equipamentos, medicamentos, oxigênio, compras de
0914. serviços, etc. Hoje essas dívidas foram renegociadas e a
0915. situação caminha num compasso de quase normalidade. Nesse
0916. mês de julho, finalmente, o Ministério da Saúde resolveu
0917. remunerar atrasos verificados, o que mais ou menos
0918. possibilitou colocar quase em dia o que havia de
0919. pendências. Há poucos dias conseguimos um acréscimo do
0920. FIDEP que é um fator de incentivo da ordem de 75%, o que
0921. fará com que nossa receita seja aumentada em mais 25%,
0922. além de outros convênios. Há, ainda, uma perspectiva
0923. clara de que possa ocorrer no segundo semestre a
0924. incorporação pelo MEC, através de concurso, de parte ou
0925. de todos os funcionários que estão na Fundação. Para
0926. tanto, está havendo uma mobilização muito grande de
0927. Diretores de Hospitais Universitários junto ao MEC,
0928. mostrando qual a realidade desses hospitais a nível de
0929. Brasil, o número global de deficiência de pessoal porque
0930. a realidade é semelhante já que todos têm fundações como
0931. a nossa. Portanto, hoje o governo tem uma visão concreta
0932. da importância desses funcionários e a ação para a
0933. solução dessa questão está sendo desenvolvida
0934. conjuntamente entre Ministério da Saúde e o Ministério da
0935. Educação. O assunto já está na Presidência da República
0936. e, a par das dificuldades, espera-se uma solução
0937. favorável porque a excepcionalidade está comprovada".
0938. Concluída a intervenção, fez uso da palavra o Senhor
0939. Presidente referindo que, além da Faculdade de Medicina,
0940. também a Faculdade de Odontologia tinha uma participação
0941. ativa no Sistema de Saúde. E por essa razão solicitou que
0942. o Professor Adair - Diretor daquela Unidade - fizesse a
0943. sua manifestação a respeito. Ao iniciar sua exposição o
0944. Professor Adair esclareceu que a participação da
0945. Faculdade de Odontologia no sistema de saúde dava-se a
0946. nível ambulatorial porque, em 1984, o convênio que criara
0947. a Fundação de Apoio Universitário sofrera um aditivo de
0948. forma a permitir que a Odontologia passasse a participar
0949. da FAU realizando atendimentos odontológicos que até
0950. então não eram oferecidos pelo Hospital Escola. Lembrou
0951. que, ao assumir a Direção da Faculdade, via a FAU com
0952. certa restrição, talvez por não entendê-la adequadamente,
0953. mas que após receber a visita e os esclarecimentos
0954. prestados por vários componentes da Fundação quanto a

ex

0955. razão da sua criação, dos seus objetivos e da necessidade
0956. de intermediar os contatos entre Universidade e INAMPS,
0957. modificar a sua opinião. Em 1989, a Faculdade de
0958. Odontologia fazia cerca de 3500 atendimentos mensais,
0959. envolvendo todos os tipos de procedimentos odontológicos.
0960. A partir de então, com o registro de todos os
0961. atendimentos que eram feitos, passou-se a contabilizar
0962. um número de 14000 (quatorze mil) atendimentos por
0963. semestre, o que é um dado muito significativo. A
0964. Faculdade de Odontologia possui 16 (dezesseis)
0965. funcionários pagos pela Fundação, entre serventes,
0966. atendentes, protéticos, enfermeiros e auxiliares
0967. administrativos, além daqueles vinculados a UFPel. A
0968. partir de 1992, somente passaram a ser tributados
0969. financeiramente os atendimentos definitivos, o que
0970. resultou numa redução significativa na receita. E
0971. salientou que, atualmente, quase a metade dos
0972. atendimentos efetuados não eram ressarcidos pelo INSS.
0973. Citou como exemplo a restauração de dentes posteriores
0974. feita com material diferente da amálgama tradicionalmente
0975. utilizada, que por não receber o aval do Ministério da
0976. Saúde, não era paga. Além desse tipo de intervenção,
0977. outros procedimentos odontológicos não eram pagos como,
0978. por exemplo, a recuperação de dentes fraturados em
0979. acidentes, através da técnica de colagem do fragmento
0980. dentário, uma vez que não era considerado como sendo
0981. restauração. E citou outros exemplos ao longo de sua
0982. exposição. Em sua intervenção o Professor Adair também
0983. referiu que a atuação da Faculdade de Odontologia nas
0984. atividades do sistema de saúde era feita apenas durante o
0985. período letivo, situação que precisava ser repensada.
0986. Salientou que essa situação já havia sido discutida no
0987. Colegiado e considerada muito difícil de modificação
0988. porque o Curso não contava com o trabalho de Residentes,
0989. ao contrário do que acontecia com a Medicina. E continuou
0990. dizendo que a Faculdade de Odontologia se inviabilizaria
0991. sem a participação da FAU, principalmente porque os
0992. funcionários pagos pela Fundação atuavam na área de
0993. sustentação das clínicas, envolvendo limpeza e
0994. esterilização, além de outros serviços de apoio direto a
0995. área. Finalizou dizendo que as exposições feitas
0996. indicavam que a Fundação estava num processo de
0997. recuperação da crise, contrariando as expectativas
0998. divulgadas pela imprensa, que sempre davam como certa a
0999. sua extinção. E salientou que, para a saída da crise, foi
1000. fundamental a atitude dos funcionários que, num dado
1001. momento, aceitaram reduzir seus salários. Encerrada a
1002. exposição, interveio o Senhor Presidente colocando a
1003. palavra à disposição dos presentes ao mesmo tempo em que
1004. solicitou aos conselheiros permissão para que os
1005. convidados permanecessem no recinto de forma a dirimir as
1006. dúvidas que fossem levantadas a seguir. Interveio
1007. inicialmente o Professor Sydney dizendo que, para
1008. discutir-se o assunto, era necessário conhecer-se de que
1009. forma dava-se a relação jurídica entre a FAU e a
1010. Universidade: se tinha a Universidade e o Conselho
1011. Universitário poderes para ditar diretrizes à FAU, ou se

1012. podia apenas fazer propostas que a FAU julgaria
1013. exeqüíveis ou não. Esclareceu-lhe o Senhor Presidente
1014. dizendo que a FAU era uma fundação particular, com
1015. personalidade jurídica própria e que o Conselho
1016. Universitário não tinha nenhuma ingerência sobre suas
1017. decisões, assim como também não exercia nenhuma
1018. ingerência sobre as associações que congregavam docentes
1019. e funcionários técnico-administrativos. Contudo, lembrou
1020. que o objetivo da Fundação de Apoio Universitário era
1021. colaborar e ajudar nas atividades da Universidade, a par
1022. de sua liberdade de ação. E referiu que as discussões que
1023. aconteceriam serviriam de subsídio para as decisões que
1024. seriam tomadas na área da saúde. A seguir manifestou-se a
1025. Professora Marli dizendo que, conforme o Senhor
1026. Presidente falara, as duas Unidades que mais atuavam no
1027. sistema de saúde da UFPel eram de fato as Faculdades de
1028. Medicina e de Odontologia. Entretanto, isso não
1029. significava que outras Unidades também pertencentes a
1030. área da saúde não tivessem a sua participação como era o
1031. caso do Curso de Nutrição, que atuava ainda que de forma
1032. reduzida, no Hospital Escola, no Ambulatório e nos Postos
1033. de Saúde Periféricos. Disse ter ficado preocupada ao
1034. ouvir a intervenção do Senhor Secretário Municipal de
1035. Saúde sobre a possibilidade de fechamento deste ou
1036. daquele Posto de Saúde e salientou que a UFPel, através
1037. das Unidades que participavam do sistema, deveria ser
1038. previamente consultada acerca de qualquer decisão. Por
1039. sua vez, o Senhor Presidente interveio dizendo ser
1040. importante a colocação feita pela Professora Marli e
1041. salientou que também a Faculdade de Enfermagem tinha uma
1042. importante participação no sistema de saúde, embora
1043. contando com um reduzido número de professores, atuando
1044. principalmente no Hospital Escola e Ambulatório Central
1045. da Faculdade de Medicina. Na seqüência fez uso da palavra
1046. o Professor Wanderlei dizendo que a matéria era bastante
1047. longa mas que, ainda assim, dado a sua importância iria
1048. permitir-se fazer mais alguns comentários. Iniciou
1049. dizendo que, a partir do corrente ano, realizando um
1050. desejo de todos, a Faculdade de Enfermagem passara a
1051. responsabilizar-se, através da Professora Maira, pela
1052. chefia da enfermagem do Hospital Escola. Por sua vez, a
1053. Faculdade de Ciências Domésticas, também estava dando a
1054. sua contribuição responsabilizando-se pela área de sua
1055. competência no Hospital. Especificamente quanto ao
1056. sistema de saúde, o Professor esclareceu que os órgãos
1057. deficitários - aqueles cuja produção não pagava o seu
1058. custo ao final de cada mês - eram todos os Ambulatórios
1059. de atenção primária à saúde, o Pronto Socorro e a
1060. Faculdade de Odontologia, esta a partir do momento em que
1061. fora modificada a forma de pagamento dos serviços ali
1062. realizados. O lucro operacional é verificado somente no
1063. Hospital Escola, através das internações, na radioterapia
1064. e no ambulatório central da Faculdade de Medicina porque
1065. praticamente não tem custo, já que o mesmo é assumido
1066. pela própria Universidade, sendo atendido quase que
1067. somente por professores da UFPel e pouquíssimos
1068. funcionários da FAU. Esclareceu o Professor que se fosse

1069. recebido ao final de cada mês o valor correspondente a
1070. produção daquele mês, seria possível realizar o
1071. pagamento de todas as despesas com pessoal, manutenção e
1072. talvez ainda sobrasse algo para investimento. Entretanto,
1073. como os valores eram repassados com atraso de 60
1074. (sessenta) dias em média e considerando a inflação, a
1075. defasagem é da ordem de 60%, jamais chegando a pagar os
1076. gastos. Continuou dizendo que, no seu entender, as
1077. exposições e a discussão que estavam sendo feitas eram
1078. muito importantes, a par de talvez nenhuma decisão vir a
1079. ser tomada, porque contribuiria para a mudança da imagem
1080. tão desgastada da FAU e, conseqüentemente, do
1081. micro-sistema de saúde da UFPel. Isso ocorria em razão
1082. do desconhecimento de alguns e da necessidade de outros
1083. de que fosse assim. De acordo com o Professor, era
1084. necessário ficar bastante claro que o micro-sistema de
1085. saúde é o único exclusivamente público da cidade, em que
1086. todo e qualquer cidadão, independente de sua condição
1087. sócio-econômica, recebe atendimento gratuito, inclusive
1088. cirúrgico, quando a Fundação responsabiliza-se pelo
1089. pagamento dos anestesistas. E salientou que, a rigor,
1090. deveria haver um reconhecimento da comunidade sobre esse
1091. fato. E salientou que as dificuldades enfrentadas pela
1092. Fundação e a forma como a mesma funcionava, levava a
1093. publicação de notas na imprensa ventilando informações
1094. não verdadeiras sobre o fechamento da FAU. E reconheceu
1095. que eram reais as dificuldades da Instituição, que eram
1096. reais as suas dívidas, mas que isso, gradativamente,
1097. seria superado. E que aos poucos estava sendo procurado
1098. recuperar a credibilidade da Instituição, o que já dava
1099. sinais de estar acontecendo - os créditos junto aos
1100. fornecedores já estavam ocorrendo, por exemplo. E
1101. reafirmou uma vez mais que eram absolutamente inverídicas
1102. as especulações de fechamento da Fundação que, aos
1103. poucos, estava apresentando sinais evidentes de
1104. recuperação. Ao longo de sua exposição o Professor
1105. esclareceu os termos do convênio firmado com a Santa Casa
1106. e enfatizou que o objetivo primeiro do sistema era a
1107. formação de recursos humanos. Apesar disso, a
1108. participação do Ministério da Educação em termos de
1109. recursos era muito pequena, o que não acontecia com
1110. outras Instituições. E era por essa razão que estavam
1111. sendo envidados esforços no sentido de que a Universidade
1112. participasse mais ativamente do micro-sistema, através de
1113. um comprometimento maior, de forma a possibilitar que o
1114. mesmo deixasse de ser deficitário. De acordo com o
1115. professor, as novas fontes geradoras de recurso seriam: o
1116. convênio via FINEP, a busca de um convênio direto com a
1117. própria UFPel para que participe mais efetivamente dos
1118. custos (além do pagamento do aluguel da Santa Casa e
1119. pagamento da alimentação dos pacientes hospitalizados) e
1120. a obtenção da condição de entidade filantrópica que a
1121. Fundação ainda não possui e que, em sendo alcançada,
1122. oportunizará uma redução de 20% nos custos das obrigações
1123. trabalhistas. "Têm-se buscado uma melhor apropriação da
1124. receita, o que significa uma produtividade maior nos
1125. diferentes níveis e setores; têm-se tomado atitudes

1126. difíceis que desagradam a todos, como é a decisão de
1127. demissão de pessoal, alternativa buscada por absoluta
1128. necessidade de sobrevivência da Fundação, têm-se
1129. procurado preservar a qualidade do ensino dentro do
1130. micro-sistema de saúde e, nesse aspecto, há o compromisso
1131. enquanto Universidade com a comunidade na qual
1132. trabalhamos e convivemos. Para tanto, foi decidido por
1133. deixar-se de oferecer o atendimento de urgência em
1134. Neurocirurgia no Pronto Socorro da FAU, e isso foi feito
1135. com a garantia de que a Sociedade Portuguesa de
1136. Beneficência assumiria esse encargo. Esta instituição
1137. dispôs-se a assumir este compromisso e o fez via Sistema
1138. Municipal de Saúde. Do total de 9 (nove) neurologistas,
1139. hoje ainda restam 4 (quatro) que permanecerão ainda por
1140. algum tempo a fim de dar atendimento aos casos que ainda
1141. chegarem. Em relação a Pediatria, tinha-se 7 (sete)
1142. profissionais e, a partir da assunção das atividades pelo
1143. Hospital de Clínicas da UCPel, passou-se a contar com
1144. apenas 2 (dois) médicos fazendo atendimento ambulatorial,
1145. por ser impossível deixar-se um serviço de urgência
1146. totalmente desamparado nessa área, pelo menos durante
1147. algumas horas do dia. Foi deslocado um professor com seus
1148. alunos e residentes para atuar no Pronto Socorro
1149. juntamente com os outros dois profissionais que lá já
1150. trabalhavam. Para concretização dessas demissões, houve
1151. reuniões com os chefes de setor, oportunidade em que
1152. foram cientificados da situação, sendo aconselhados a
1153. decidir junto com seus pares quais permaneceriam
1154. trabalhando e quais seriam demitidos. Nos demais setores,
1155. quando foi possível, houve negociação com os servidores".
1156. Em relação a decisão de fechar dois dos Postos
1157. Periféricos de atenção primária à saúde, o Professor
1158. Wanderlei esclareceu que tivera o cuidado de reunir os
1159. Departamentos de Medicina Social, Saúde Mental, Colegiado
1160. de Curso da Faculdade de Medicina, Coordenação Geral dos
1161. Postos de Atenção Primária e a própria Direção, além do
1162. Conselho Departamental, que discutiram a questão em cima
1163. de pressupostos, como necessidade para o ensino,
1164. qualidade para o ensino e, por último, a produtividade.
1165. Dando prosseguimento as intervenções, fez uso da palavra
1166. a conselheira Miriam dizendo que, primeiramente, era
1167. importante ser ressaltado que a Fundação de Apoio
1168. Universitário fora criada com o objetivo de viabilizar o
1169. Sistema de Saúde. E de acordo com o artigo 2º de seu
1170. Estatuto "constitui objetivo básico prestar apoio a
1171. UFPel" e é por essa razão que a mesma sobrevive. De
1172. acordo com a conselheira, hoje a FAU estava buscando
1173. caminhos que poderiam oriar obstáculos à consecução de
1174. seu objetivo principal, e isso precisava ser discutido a
1175. nível de todas as Unidades envolvidas, haja vista o
1176. tamanho da crise. Em sua exposição a conselheira lamentou
1177. a redistribuição dos atendimentos de urgência, nas suas
1178. várias especialidades, entre outros hospitais, alegando
1179. que isso só traria dificuldades à população que,
1180. antecipadamente, teria de saber a qual instituição
1181. dirigir-se. E classificou a iniciativa como um loteamento
1182. e desmantelamento do Sistema. Além disso, disse que não

1183. entendia a contratação da Fundação São Camilo para
1184. administrar a FAU, porque a Universidade certamente tinha
1185. em seu quadro profissionais competentes que poderiam
1186. fazer esse trabalho. E ao final exortou o Conselho a
1187. discutir a questão com profundidade, justificando que não
1188. deveria ser permitido que grupos isolados determinassem o
1189. Sistema de Saúde da UFPel. Interveio, na seqüência, a
1190. Professora Maira dizendo que, na Enfermagem, de um total
1191. de 20 (vinte) professores, 13 (treze) atuavam no Hospital
1192. e nos Postos durante o período letivo e que esta situação
1193. deveria ser revertida lentamente, passando a uma
1194. participação constante, à exemplo da Medicina. E referiu
1195. que um dos problemas vivenciados na área de Enfermagem e
1196. Nutrição é que não havia como cobrar o trabalho
1197. oferecido, o que dava-lhes a impressão de não serem parte
1198. do Sistema, até porque não participavam de seu
1199. gerenciamento. E concluiu dizendo que deveria haver a
1200. participação de um representante de cada Unidade no
1201. gerenciamento do Sistema de Saúde da UFPel, o que
1202. contribuiria para desmistificá-lo. Novamente com a
1203. palavra, o Professor Wanderlei disse, referindo-se a
1204. colocação feita pela conselheira Miriam, que
1205. possivelmente ambas intenções fossem muito parecidas, ou
1206. seja: ter um Sistema de Saúde eficiente, efetivo, digno
1207. para quem trabalha e para quem recebe os serviços.
1208. Entretanto, talvez houvesse caminhos diferentes para
1209. chegar-se ao mesmo lugar. E salientou que, a seu ver, a
1210. conselheira parecia de fato não entender o Sistema de
1211. Saúde, conforme ela própria afirmara, quando classificava
1212. as decisões que haviam sido tomadas como loteamento da
1213. saúde. E segundo o Professor, quando a conselheira
1214. dissera que não concebia o fechamento deste ou daquele
1215. setor, estava manifestando um jeito muito profundo de não
1216. entender o que estava ocorrendo. E reafirmou que em
1217. nenhum momento fora pretendido um loteamento do Sistema,
1218. mas sim, uma tentativa de racionalização, uma vez que
1219. todos os atendimentos de urgência eram encaminhados à
1220. FAU, gerando um custo inadmissível. Conforme as palavras
1221. do Professor Wanderlei, o que se buscava naquele momento
1222. era uma solidez para o Micro-Sistema de Saúde, de forma a
1223. evitar que a cada três meses o mesmo fosse utilizado, em
1224. nome de uma nova crise, conforme as conveniências de cada
1225. um. E salientou que o mesmo passaria a funcionar em
1226. condições satisfatórias quando ninguém mais comentasse a
1227. seu respeito; só então teria alcançado uma eficiência
1228. administrativa verdadeira e um resultado operacional que
1229. é a produção de recursos humanos qualificado. Quanto ao
1230. aproveitamento de pessoal técnico da Universidade para
1231. trabalhar na gestão direta da FAU, o Professor Wanderlei
1232. esclareceu que fora tentado, mas sem resultado positivo.
1233. A partir daí, optou-se por procurar uma empresa
1234. especializada que tivesse uma visão essencialmente
1235. profissional, porque o Sistema era algo grande e de muita
1236. importância, que precisava ser gerenciado por pessoal com
1237. competência na área. E para ilustrar sua colocação,
1238. referiu que na crise de 1992, quando já participava do
1239. Conselho da FAU, foram solicitadas informações à equipe

1240. que a administrava sobre a realidade objetiva em termos
1241. do que a FAU devia e para quem devia. Trinta dias após
1242. foram recebidas duas informações, uma do Contador e outra
1243. do então Presidente: a do Contador dizia que era devido
1244. cinco bilhões de cruzeiros e a do Presidente dava conta
1245. de que a dívida era de 2 (dois) bilhões de cruzeiros.
1246. "Nesse contexto não era possível saber em qual das
1247. informações confiar e, seguramente, ambos eram honestos
1248. nas suas afirmações, embora ineficientes, porque a
1249. contabilidade estava atrasada dois anos. Não se sabia
1250. para quem era devido, quanto era devido, porque devia e
1251. desde quando devia. Verifica-se, portanto, que o Sistema
1252. funcionava num desregramento geral, sem qualquer
1253. controle, necessitando de uma equipe especializada para
1254. gerenciá-lo". Esclareceu o Professor que o percentual
1255. pago a São Camilo era de 3,5% da receita da Fundação e
1256. que, em troca, era oferecido administração, assessoria
1257. jurídica, um secretário executivo e um chefe de
1258. Departamento de Pessoal, que atuam em tempo integral. E
1259. que a Fundação São Camilo - num único item que era a
1260. compra de oxigênio - favorecera a FAU por possibilitar
1261. que a mesma passasse a integrar um "pool" nacional que
1262. atende a vários hospitais do país. Com isso, somente o
1263. valor economizado na compra de oxigênio a preços menores,
1264. já pagava o custo com a contratação da Fundação São
1265. Camilo. E finalizou sua intervenção dizendo que as
1266. críticas que eram dirigidas certamente aconteciam por
1267. desconhecimento do que estava ocorrendo e não com a
1268. intenção de causar um efetivo prejuízo. Dando
1269. continuidade às intervenções, novamente manifestou-se o
1270. Professor Renato Rienke dizendo que a decisão de redução
1271. salarial dos servidores da FAU tomada com o pleno
1272. consentimento deles, visava a sanear a situação
1273. financeira da Instituição que se encontrava num momento
1274. dramático em 1992. E esclareceu que em dezembro, os
1275. funcionários haviam tido a reposição parcial das perdas
1276. salariais, o que continuava sendo feito gradativamente, a
1277. custa de muito esforço. De acordo com o Professor, a
1278. redução salarial, na verdade, adiara a realização dos
1279. pagamentos, uma vez que naquele momento não havia caixa
1280. para honrar com essa obrigação. Com relação as demissões,
1281. o Professor esclareceu que elas sempre aconteceram e que
1282. presentemente a FAU tinha cerca de 52 (cinquenta e duas)
1283. ações na justiça, julgadas à revelia, porque na época em
1284. que foram julgadas - média de dois anos atrás - talvez a
1285. Fundação não contasse com assistência jurídica. Diante
1286. desse fato, a Fundação teria de encarar mais esse
1287. compromisso. Concluída a intervenção, fez uso da palavra
1288. o Senhor Presidente chamando a atenção dos presentes para
1289. a inexistência de quorum, naquele momento, que
1290. possibilitasse a tomada de qualquer decisão. Contudo
1291. disse que iria assegurar a palavra dos conselheiros
1292. inscritos, de forma a evitar que a discussão fosse
1293. interrompida. A par disso esclareceu que havia duas
1294. opções: ou a reunião seria interrompida, permanecendo em
1295. aberto, ou seria dado seu encerramento. E solicitou a
1296. manifestação dos conselheiros acerca da proposição, após

1297. as intervenções dos conselheiros inscritos. A seguir o
1298. Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. Michel
1299. Mallal e demais convidados à reunião que, em seguida,
1300. retiraram-se do recinto. Interveio, na seqüência, a
1301. Professora Ângela, chamando a atenção para a importância
1302. de ser detectado o custo dos servidores da FAU que
1303. atuavam na Faculdade de Odontologia, prestando serviços
1304. apenas durante o período letivo - B (oito) meses por ano.
1305. Outra questão levantada pela Professora Ângela foi a da
1306. identificação dos casos de prestação de serviços pura e
1307. simples, sem a necessária interação com ensino, a
1308. pesquisa e a extensão, o que, existindo, caracterizaria
1309. uma distorção a ser corrigida. E referiu que, face as
1310. distorções do objetivo para o qual havia sido criado,
1311. fora extinto na Universidade, há pouco tempo, o trabalho
1312. desenvolvido pelo CRUTAC, que gradativamente fora
1313. desvirtuado, tornando-se uma mera prestação de serviços
1314. porque não havia a participação de alunos e professores.
1315. Em sua exposição a Professora mencionou também uma
1316. situação detectada na Faculdade de Direito ao assumir a
1317. Pró-Reitoria de Extensão, em que alguns alunos daquele
1318. curso prestavam atendimento nos Postos Periféricos sem,
1319. entretanto contar com a supervisão de um professor, haja
1320. vista o contingenciamento de vagas docentes, o que
1321. caracterizava um distanciamento da ação docente. De
1322. acordo com a Professora, seria tentada a reversão dessa
1323. situação, a curto prazo, de forma a preservar o caráter
1324. extensionista da atividade onde deve haver a participação
1325. de alunos e professores. E salientou que ao ouvir a
1326. exposição sobre a FAU ocorreu-lhe que, se órgãos
1327. semelhantes tivessem sido criados em outras áreas da
1328. Universidade, por exemplo o Direito com a contratação de
1329. advogados para prestarem serviços de atendimento
1330. judiciário à comunidade, ter-se-ia um novo problema de
1331. proporções tão grandes quanto a FAU. Por isso era muito
1332. importante que fosse preservada e assegurada a
1333. característica da Fundação, de entidade voltada à
1334. formação de recursos humanos, através do desenvolvimento
1335. integrado de atividades de ensino, pesquisa e extensão e
1336. não de mera prestadora de serviços à comunidade.
1337. Complementando as palavras da Professora Ângela,
1338. manifestou-se o Professor Brandalise, cumprimentando-a
1339. pela visão que estava tendo acerca do que era
1340. efetivamente extensão e dizendo que, lamentavelmente, as
1341. atividades de extensão em todas as Universidades
1342. brasileiras eram executadas por pessoal que estava
1343. distanciado do ensino e da pesquisa. E salientou que essa
1344. era a razão da falta de interação entre Departamentos e
1345. comunidade. Finalizando, disse que a sua afirmativa
1346. decorria de uma experiência longa nesse tipo de
1347. atividade, convivendo com outras instituições e,
1348. principalmente, durante sua permanência em Cáceres, onde
1349. os pacientes eram alvo de disputa política. Na seqüência
1350. outras intervenções foram ouvidas, em especial do
1351. Professor Enio, que sugeriu fosse o assunto retomado em
1352. outra sessão, face a sua importância e por considerar
1353. fundamental o esclarecimento de dúvidas que ainda pudes-

1354. sem existir. Ao mesmo tempo, o Professor solicitou fosse
1355. examinado, também, o processo relativo ao Regimento
1356. Interno do Conselho de Informática, em relação ao qual a
1357. Senhora Diretora do Instituto de Física e Matemática
1358. solicitara vistas e que já deveria ter retornado ao
1359. Conselho. A respeito esclareceu-lhe o Senhor Presidente
1360. dizendo que o assunto estava sendo conduzido pela
1361. Reitoria, juntamente com alguns membros do Conselho
1362. ligados à área, particularmente os Professores Caruso e
1363. Gleusa Morga, devendo retornar ao Conselho brevemente.
1364. Continuando, fez uso da palavra o Professor Lucas,
1365. consultando a Presidência da Mesa se o assunto estaria
1366. automaticamente incluído na pauta da próxima sessão, uma
1367. vez que não fora esgotado, ou se seria necessário para a
1368. sua inclusão em pauta, que houvesse a votação por maioria
1369. qualificada de dois terços do plenário para posterior
1370. discussão. E justificou sua indagação pela importância do
1371. assunto. Em resposta o Senhor Presidente disse-lhe não
1372. ser necessária a votação da matéria para inclusão em
1373. pauta, uma vez que isso seria feito por iniciativa do
1374. próprio Reitor. E salientou que na reunião seguinte, além
1375. da questão da saúde, preferencialmente, e dependendo da
1376. inexistência de assuntos mais urgentes, seriam tratados
1377. os assuntos concernentes a apresentação do relatório
1378. elaborado pela Comissão incumbida de apresentar a
1379. fundamentação jurídica para a extensão administrativa do
1380. percentual de 84,32% a todos aqueles não atingidos pela
1381. decisão judicial, bem como a questão da URP, proposta
1382. pelo conselheiro Marroni em sessão anterior. Novamente
1383. com a palavra o Professor Lucas solicitou fosse
1384. encaminhado aos conselheiros cópia dos documentos que
1385. haviam sido objeto de apresentação ao longo da sessão,
1386. uma vez que isto se constituiria em importante subsídio.
1387. Após algumas intervenções dando conta de que a quantidade
1388. de documentos era constituída de volume considerável, foi
1389. acordado que os conselheiros interessados apontariam à
1390. Mesa quais os itens mais relevantes, em relação aos quais
1391. gostariam de obter subsídios detalhados. Manifestou-se,
1392. ainda, o conselheiro Jorge Martins lembrando que, há
1393. algum tempo, fora sugerido por um conselheiro que a
1394. reunião tivesse um teto de duração de forma a permitir a
1395. fluência dos trabalhos. E disse que, embora estivesse
1396. deixando o Conselho face a conclusão de seu mandato como
1397. Diretor de Unidade, permitia-se sugerir que fosse
1398. delimitado um tempo para as manifestações e também para o
1399. desenvolvimento das reuniões, de forma a torná-las mais
1400. dinâmicas e menos cansativas. Novamente, o Senhor
1401. Presidente colocou a palavra à disposição dos presentes.
1402. Como dela ninguém mais desejasse fazer uso, agradeceu o
1403. comparecimento de todos dando, a seguir, a sessão por
1404. encerrada. Do que, para constar, eu *Liana* Leonor
1405. Lima de Faria, Secretária dos Conselhos Superiores,
1406. lavrei a presente Ata que após aprovada será igualmente
1407. assinada pelo Senhor Presidente. .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x